

OBJECTOS DESLOCALIZADOS E MÉTODO

Outras escalas na abordagem antropológica

Ana Costa
CEEP/CRIA
Museu da Cidade/Almada
ancosta@cma.m-almada.pt

Nota introdutória

Este artigo resulta de uma comunicação apresentada no Seminário *Temas e Problemas em Antropologia*, organizado pelo Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no último trimestre de 2005. Propôs-se a cada investigador que delineasse a sua intervenção, articulando a problemática da investigação, a experiência pessoal no terreno e a metodologia utilizada, reflectindo sobre as dificuldades e abordagens metodológicas. Este será o fio condutor deste texto, onde nos propomos expor a dialéctica entre o terreno e a metodologia utilizada durante a investigação (Costa,2005)ⁱ, apresentando os principais constrangimentos com os quais, conceptual e operativamente, nos deparámos no seu decurso. A análise foi conduzida numa área urbana de construção em altura, o Bairro Amarelo, localizado no antigo Plano Integrado de Almada-Monte de Caparica (PIA), no Concelho de Almadaⁱⁱ.

A discussão sobre a metodologia do trabalho antropológico tem-se constituído, desde sempre, como um elemento constante, decisivo para a definição da Antropologia e, ao longo do tempo, um factor de afirmação do pressuposto de que, sem a apresentação de uma etnografia construída a

partir do *trabalho de campo* e da *observação*, sùmula de dados retirados do terreno e passíveis de análise posterior, não existe ciência antropológica. Da primitiva exigência metodológica malinowskianaⁱⁱⁱ, nascida nos anos 20 do século passado, até às discussões mais recentes sobre interdisciplinaridade de métodos nas ciências sociais, a antropologia tornou-se paradigma do campo de análise que a instituiu, reflectindo, na sua própria (re)definição e (re)formulação de objecto, as mudanças estruturais que ao longo de um século alteraram as concepções ocidentais sobre o “outro”.

Hoje, afastado o mito do exótico, esgotadas as sociedades primitivas como objecto de estudo e assumindo a sociedade humana como um fenómeno transversal e adicotómico, encontramos-nos num ponto de viragem para o interior da própria disciplina e, como objecto desta hermenêutica, também para o interior da sociedade ocidental que a instituiu. Nesta perspectiva, os terrenos urbanos, de carácter metropolitano, transcorridos por fenómenos estruturais universalizantes que sobrepõem a um carácter local, aspectos globais, apresentam-se-nos hoje como novos campos de análise. Novas escalas físicas e conceptuais cuja abordagem exige ao investigador uma exigência multi-relacional complexa, uma clara auto-definição do seu papel^{iv} e a relocalização permanente no terreno entre níveis diversificados de transespacialidades, por oposição, e noutro extremo, a um aparente encerramento de certas unidades territoriais urbanas. O conceito de transespacialidade permitiu-nos uma análise dinâmica das formas sociais com relação ao espaço ao propor uma acepção da diversidade de dinâmicas divergentes por parte de diferentes grupos socio-culturais e, conseqüentemente, apropriações diversificadas do mesmo território. Usámo-lo, tendo em conta, que o processo de representação do território, por parte dos indivíduos que o animam (e não só os moradores) é dinâmico e flexível, consiste na reprodução da forma explícita que ele toma para um, e por um, sujeito, dependendo da sua posição social e espacial no sistema urbano. Esta

abordagem veiculada no início dos anos 80 na produção de etnografias em terrenos urbanos (Pellegrino et al,1983:27/81) tem vindo a ser sistematizada, nos últimos anos, como uma concepção analítica que privilegia o nível local da abordagem territorial e o seu cruzamento com a vida social e, gradativamente, com o espaço. Isabel Guerra utiliza esta aplicação metodológica, dando enfoque, primeiro na localização do social nas formas de espacialidade, génese de situações que exprimem de forma diversa as relações sociais.

Da falacidade analítica de circunscrição de um terreno antropológico, principalmente em lugares sociais que hoje se afastam da vocação primeira da Antropologia, as comunidades rurais, sentimo-la agravada pelo confronto que a macroescala propicia ao seu estudo.

A problemática que nos interessava explorar incidia nos mecanismos sócio-culturais de demarcação identitária e no uso do espaço como categoria cognitiva para a conceptualização das fronteiras da interacção por parte dos habitantes de uma área urbana periférica, aparentemente delimitada na sua relação com a cidade/centro do seu Concelho e a restante área metropolitana onde se insere. Pretendíamos observar a construção e a manutenção das estratégias da identidade, num período de tempo longo, com relação a um território físico específico - o bairro- e como ocorria o processo de alargamento/redução simbólico desse lugar geográfico, ao nível das representações sociais. Interessava-nos analisar as formas de espacialidade que, ao resultarem da diversidade de representações sócio culturais, se impunham como um *terceiro espaço* (Fortuna,1999), assumida por nós, a noção, como um lugar social híbrido onde, no cruzamento dos níveis simbólicos com o(s) espaço(s) físico(s), parecia emergir uma multiplicidade de representações sociais e múltiplas fronteiras (sonoras, físicas ou

imaginárias) tornadas objectos fluidos em permanente realocização no decurso das interacções sociais.

De que modo a heterogeneidade cultural e social produz diferentes escalas de identidade e qual o papel mediador do espaço, não só na construção espacial da rede social, mas também nas formas de sociabilização, nas solidariedades e conflitos produzidos gradativamente entre grupos e que influenciam, no extremo, a relação e a imagem da cidade mais alargada com o território metropolitano onde se insere. Nestas etnografias pautadas por *fluxos* e *densidades* (Sarró e Pedroso Lima, 2006:17-34), onde se situa e como se delimita a relação objecto-terreno-observação participante? A dificuldade sentimo-la sempre presente na multiplicidade de contextos simultâneos e na interacção com agentes muito diversificados entre si (desde os técnicos dos centros comunitários e das instituições privadas de solidariedade social, aos urbanistas e arquitectos, aos técnicos sociais camarários, à polícia, aos diferentes grupos de moradores e, no seu interior, aos diferentes grupos etários). O trabalho de campo desenvolvido no bairro encontrou a sua linha condutora que, em certa medida, nos deprimiu da dispersão e nos remeteu sempre para a focalização naquilo que realmente era o nosso terreno, no espaço construído e na multiplicidade de usos/representações sociais a que estava sujeito por parte de quem, por condição geográfica residencial, o utilizava ou antagonizava como referente identitário.

O Bairro Amarelo é um dos exemplos urbanísticos, concretizados em Portugal, de planos integrados. Localizado no Concelho de Almada (Distrito de Setúbal), a par com outros 18 municípios, integra a Área Metropolitana de Lisboa. Uma distância de cerca de 10 quilómetros afasta Almada da capital portuguesa, sendo o Rio Tejo, a grande barreira natural e a Ponte o eixo estruturante, em termos de acessibilidade, entre ambas as cidades.

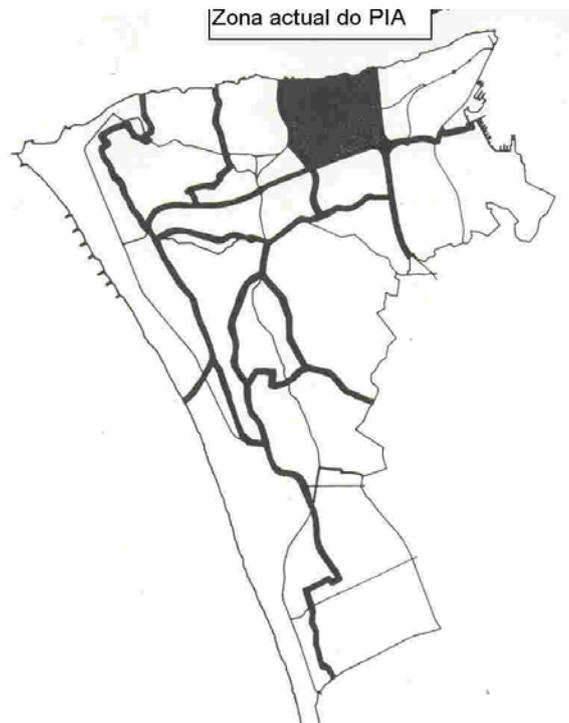


Mapa 1 - Mapa de Portugal: localização de Almada e Lisboa

Fonte: www.unl.pt

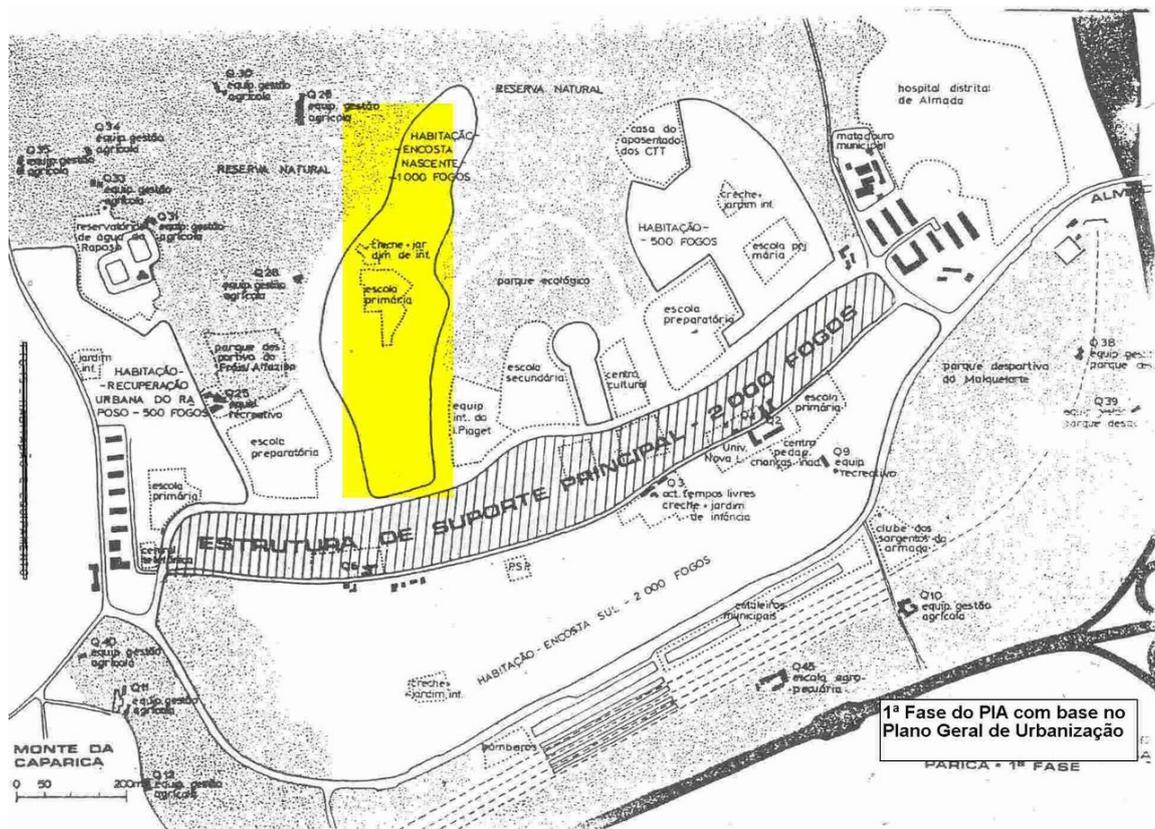
O Plano Integrado de Almada (PIA) foi desenvolvido pelo extinto Fundo de Fomento e Habitação (FFH), no governo de Marcelo Caetano, em 1969, e dependente do Ministério da Habitação e Obras Públicas em parceria com a Secretaria da Habitação e Urbanismo. A sua implementação abrangeu concelhos com potencial de desenvolvimento demográfico, industrial e urbano. Pretendia-se o planeamento, construção e gestão de novas áreas residenciais em altura, que libertassem as metrópoles da concentração demográfica e urbanística excessiva, mas que, pela sua proximidade,

actuassem como sua extensão; pela autonomia económica de que seriam dotadas, funcionariam em parte como cidades auto-suficientes. Este tipo de intervenção técnica sobre um espaço literalmente “em branco”, já experimentada, após a 2ª Guerra, nas maiores cidades de alguns países europeus^v, remeteu para o Estado o papel centralizador de todo o processo de urbanização: desde a expropriação pública de terrenos, à implementação de novas medidas preventivas da especulação imobiliária. Em 1971 inicia-se o processo em Almada numa área expropriada de 1300 hectares a poente da auto-estrada do Sul, entre o rio Tejo e a via rápida para a Costa de Caparica. Até 1974 será conduzida uma campanha promocional do PIA onde se exaltam as suas vantagens sociais e económicas, sendo designado como “a futura cidade”.



Mapa 2 - Planta do Concelho de Almada (zona do PIA destacada) in
Costa,2005:69.

A conjuntura desse período, marcada pela crise económica que a guerra nas antigas colónias custava, seguida das alterações político-sociais desencadeadas pela revolução de 1974, conduziu à redução progressiva dos recursos financeiros e técnicos disponíveis para a concretização dos projectos do Plano que sofre, a partir de 1975, atrasos contínuos, substituições das equipas técnicas e consequentes reformulações e alterações, até ser totalmente pervertido pelas circunstâncias em que ocorreu o processo de descolonização e passar a servir de realojamento também para população que retornava das antigas colónias. Sem equipamentos construídos, com poucas infra-estruturas em fase de implementação, com apenas 1,6% das habitações projectadas concluídas e com 3% em fase de construção, essa zona transformou-se progressivamente num extenso bairro de alojamento social, abandonadas as pretensões técnicas de heterogeneidade social e equilíbrio entre classes solventes e classes insolventes, a maioria da população deslocada para os bairros pioneiros debatia-se com graves carências económicas e um desenraizamento profundo a nível sócio-cultural.



Planta 1

Primeira fase programada para o PIA com os primeiros fogos do Bairro Amarelo destacados (IGAPHE. Plano geral de Urbanização, 1975)

No Plano Director Municipal, em 1993, essa área foi alienada da posse da autarquia de Almada, passando a estar a cargo da Administração Central (nesse período gerida pelo IGAPHE, actualmente pelo INH). Encontra-se em curso um protocolo entre o município de Almada e o INH para realização de um Estudo Diagnóstico que precederá uma intervenção conjunta nesta área, designada agora de Almada Poente, tendo como objectivo a transformação do actual modelo de desenvolvimento urbano e a qualificação da zona numa relação de continuidade urbana com o restante território concelhio.



Vestígios das antigas que entrecortam as ruas secundárias do Bairro Amarelo.
Costa,2005.

O olhar antropológico na macro-escala: questões conceptuais e práticas

Para proceder à observação desse espaço circunscrito, integrante da cidade, foi necessário, face à dimensão da área original, circunscrever uma micro escala de análise flexível. Sabíamos, à partida, que o bairro não terminava com as barreiras físicas que geograficamente o delimitam (Costa,2006;Costa,2005). Era necessário *deixá-lo respirar*, dar espaço para que os dados recolhidos junto dos habitantes e a nossa observação de terreno, não funcionassem como um esquema fechado de análise e entrássemos em ruptura com as diferentes formas de relações sociais associadas a tipos de espacialidades e discursos territoriais que, no início do

terreno, apontavam para territórios exteriores ao Bairro Amarelo. Optou-se então por, dos cinco bairros pioneiros, trabalhar o Amarelo ou, como é denominado pelos habitantes da cidade e do próprio Plano, o *Bairro do Pica-Pau Amarelo*, não o tratando como um sistema isolado. Por um lado, esta designação ambígua confronta representações sociais opostas: grupos de habitantes do Bairro e do Plano assumem o *Picapau* como uma demarcação identitária de base territorial; para os residentes exteriores, do Concelho e das novas urbanizações cooperativas do Plano, representa uma expressão estigmatizada que traduz o caos e a anomia deste espaço comparativamente à cidade. Ambos utilizam a designação com referentes dissemelhantes. Esta fronteira simbólica, construída a partir da localização física do Bairro, foi sustentada por duas décadas de distância social entre este universo e a cidade até se constituir como parte integrante do imaginário urbano: este é o espaço de referência proibido da cidade, onde parte da sua identidade se fundamenta pela negação. Noutro nível, constituiu-se como o bairro de maior densidade demográfica do PIA; integrou um dos primeiros projectos do Plano a serem executados, concentrando as primeiras habitações e os primeiros alojados. Actualmente diferencia-se dos restantes aglomerados pelos elevados índices de heterogeneidade étnica, cultural e sócio-económica e pela natureza da sua localização física no território de Almada, sendo o bairro mais distante da área urbana, a Norte voltado para a freguesia do Pragal; a Sul, delimitado pela zona histórica do Monte de Caparica; a Leste fazendo fronteira com a Estrada Municipal 377 (eixo de ligação à zona de praias do Concelho- Trafaria, Costa de Caparica e Fonte da Telha), e a Oeste recortado, em escarpa, pelo Rio Tejo.



Estrada paralela à rua principal do Bairro Amarelo. Ao fundo, o rio, à esquerda a EB Integrada do Monte de Caparica.

Se, na definição da cidade enquanto objecto de análise, o espaço físico aparece como uma esfera social central (Weber,1964): como produz recursos para a organização humana, possui valor social, como esses recursos são essenciais ao processo de acumulação de capital, tem também um valor económico. E, como avança Isabel Guerra (1987:182), se as relações ou conflitos entre grupos são mediadas também pelas formas de organização e apropriação de espaços, logo esta categoria possui também um valor político e simbólico. No nosso terreno era notória a sobreposição destas funções e as contradições que geravam, tendo em conta os agentes com quem interagíamos. A contradição mais evidente opunha o uso económico ao uso socializado do espaço. Assim tornava-se essencial perceber a natureza institucional e os interesses económicos a que a área do Plano se encontrava sujeita. Quais as formas institucionais de resposta à pressão para rentabilizar uma extensa área urbana expropriada em 1971 para uso público, e que não foi construída na sua totalidade, e de que forma a contínua intervenção no espaço físico, ou seja, a construção de novas

urbanizações cooperativas e de realojamento era gerida pelos habitantes pioneiros, tanto em relação à mudança sócio-espacial que os novos residentes transportam para este espaço, como em relação à gestão das espacialidades e territorialidades dos pioneiros face às possibilidades e constrangimentos de integração de novos tipos de população urbana.



Bairro Amarelo em meados da década de 1990, delimitado pela EN 377 (Rua dos Três Vales), antes da construção das novas urbanizações nos espaços baldios. (Foto: Museu da Cidade/Câmara Municipal de Almada).

Partimos assim para a reconstrução histórica do processo que deu origem ao PIA para esclarecermos a relação entre o espaço criado artificialmente pelos técnicos e, posteriormente, podermos comparar, a esse postulado urbanístico datado, as formas de apropriação e de uso efectivo, ou seja, o consumo socializado do espaço. À ideia original de gabinete da livre fruição e produção de sociabilidades transversais entre moradores encontrámo-lo organizado, na prática, pelos seus habitantes, por fronteiras

artificiais imaginadas, estruturantes, não só das relações entre habitantes dos diferentes bairros do Plano, como das relações sociais entre os habitantes do mesmo bairro, e, no seu interior, da mesma rua e do mesmo prédio. Através das diferentes categorizações socioculturais, elaboradas por comparação, o conceito de espaço, abrangendo diferentes níveis, como a mudança socio-urbanística, interpretada por O. numa perspectiva quantitativa: *“O crescimento disto hoje nota-se muito porque também há mais pessoas e habitações porque dantes havia aqui muitas quintas e agora, praticamente é diferente. Nota-se bastante movimento. Na altura em que vim, isto eram quintas, eram terrenos, não via quase ninguém passar aqui.* (O., 48 anos, Bairro Amarelo). Também ao nível do espaço físico e da nova rede social, alguns moradores relacionam a quebra da sua rede social anterior pela vinda de “outros” para o mesmo espaço, como A., 66 anos, um dos primeiros moradores do bairro, nos descreve, *Dantes havia mais índios do que agora. Eles [africanos] ainda não tinham vindo, não. Só depois, mais tarde, é que começaram a vir. Tanto mais que o resto do povo que ficou lá [bairro na cidade], à espera de vir, ficaram à espera. Eram para vir para uns prédios que já tavam ocupados pelos retornados e foram ali para a Avenida Guerra Junqueiro [outra freguesia]. A Câmara depois realojou-os lá, arranjou outras casas para eles e passaram a reconstruir aqui que táva tudo danificado. E lá estão algumas famílias [antigos vizinhos], entre elas uma prima direita minha....* (A., 66 anos, Bairro Amarelo). Outro nível recorrente, intimamente relacionado com as diferentes representações sociais tem correspondência com o espaço ao nível da dissemelhança entre grupos na espacialização de actividades quotidianas: *...eles [os ciganos] fazem as festas, mas é lá nos andares deles, andam lá uns com os outros a mandar tiros e não sei quê e é lá com eles, a gente mete-se dentro de casa, não é nada com a gente.* (I., 64 anos, Bairro Amarelo) ou ainda, como J.J. afirma: *Tenho respeito às pessoas que andam comigo aqui. Assim, os mais jovens. Eu só respeito os pais dos meus amigos ou os próprios amigos, agora para outras pessoas assim de fora, que moram ali, mas a bem dizer de fora, não há cá nada.* (21 anos, Bairro Branco).

O espaço revelava-se como a constante entre as múltiplas dimensões e variantes do terreno. No cruzamento destes níveis diferenciados, entre

grupos socioculturais do bairro, o espaço surge como a categoria central para a identificação por referência ou oposição entre moradores. Assumimo-lo desde o início como o ponto de partida para a construção transversal das representações sociais dos habitantes enquanto referente físico não partilhado da mesma forma por todos.

1) conceptualizar o terreno para além dos conceitos antropológicos clássicos

Contrapondo investigações similares sobre este tipo de bairros (Silva Nunes, 2007; Vaderlorge, 2003; Coelho, 1998; Freitas, 1998; Costa, 1999; Almeida, 1994; Guerra, 1994; Rémy e Voyé, 1981), a nossa análise sobre as estruturas de emprego/desemprego/desocupação e qualificação de recursos humanos dos residentes anulou qualquer possibilidade de observar o Bairro Amarelo a partir da dicotomia heterogeneidade cultural/homogeneidade social. O Bairro Amarelo condensou desde o início populações diversas cuja origem espacial, económica e cultural traduzia uma diversidade de formas de pensar, representar e apropriar o espaço e, conseqüentemente, as relações sociais nele ancoradas. Estamos a referir-nos à concentração de populações de bairros degradados, clandestinos, desalojados por motivo de expropriação de terrenos, população das antigas colónias e a grupos solventes, de classe média, inscritos voluntariamente para arrendar casa no Bairro “da futura cidade”^{vi}. Esta diversidade de motivações, proveniências e aspirações apesar de ter por fundo comum, a inacessibilidade ao mercado habitacional, não traduz homogeneidade social (Costa, 2007). A análise da estrutura sócio-económica do Bairro permitiu-nos observar um equilíbrio relativo em termos de população dependente e população empregada, agravado, contudo, pela prevalência de indivíduos sem actividade económica, o que na prática revela, não a ausência de actividade, mas a precariedade do trabalho que ocupa esporadicamente esse grupo.

Gráfico 1

Relação entre empregados e dependentes no Bairro Amarelo em 2001

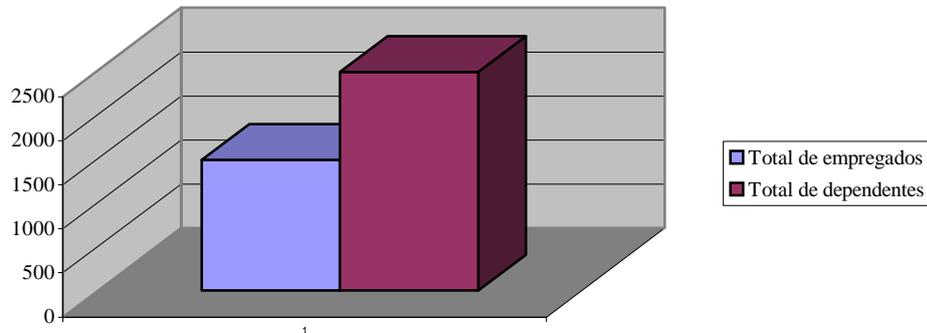
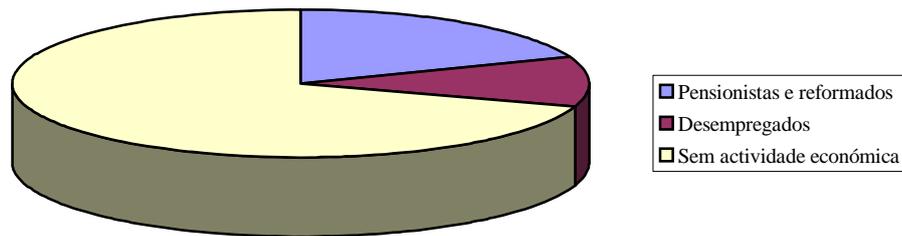


Gráfico 2

Distribuição da população dependente do Bairro em 2001



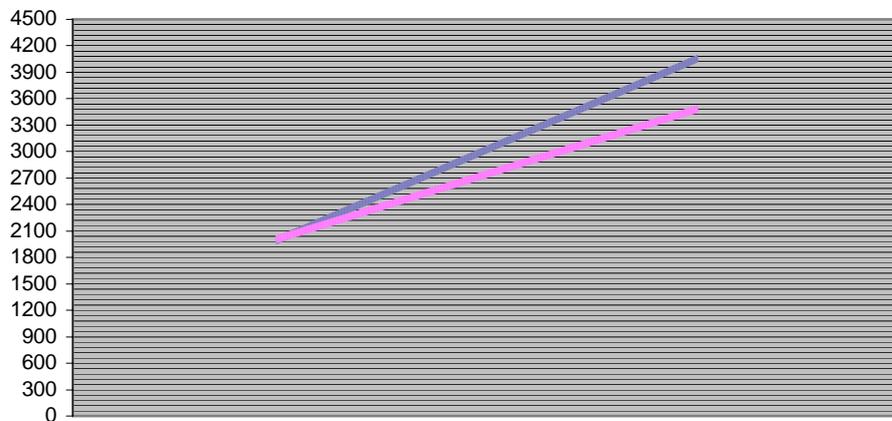
Outra característica estruturante do terreno reside na imagem “enganadora” do Bairro Amarelo como um local de realojamento social porque à vinda dos habitantes pioneiros (entre 1982 e 1985) não se tinha seguido um número significativo de novos alojados. Este facto constitui um indicador não só da fraca mobilidade social dos residentes, mas também das estratégias e aspirações de vida dissemelhantes entre moradores; para além dos grupos que consideram a casa no bairro como o culminar de uma aspiração de vida; para outros, a estabilidade habitacional permite o investimento em valores

sociais que consideram mais importantes, como a educação dos filhos ou a poupança para aquisição de casa própria na sua terra de origem dos pais.

Este fenómeno mostrava-se então determinante para a compreensão do próprio Bairro, imprimindo-lhe características relacionadas com a estabilidade demográfica e a construção de formas de sociabilidades negociadas no tempo e nesse espaço restrito por grupos de residentes que interagem e o partilham há quase 25 anos, contribuindo também para um aumento do índice de recursos humanos que se reflecte no aumento da escolaridade.

Gráfico 3

Evolução da população entre 1991 e 2001



Habitantes em 2001 (rosa) e habitantes em 1991 (azul).

Gráfico 4

Evolução da população do Bairro Amarelo entre 1991 e 2001

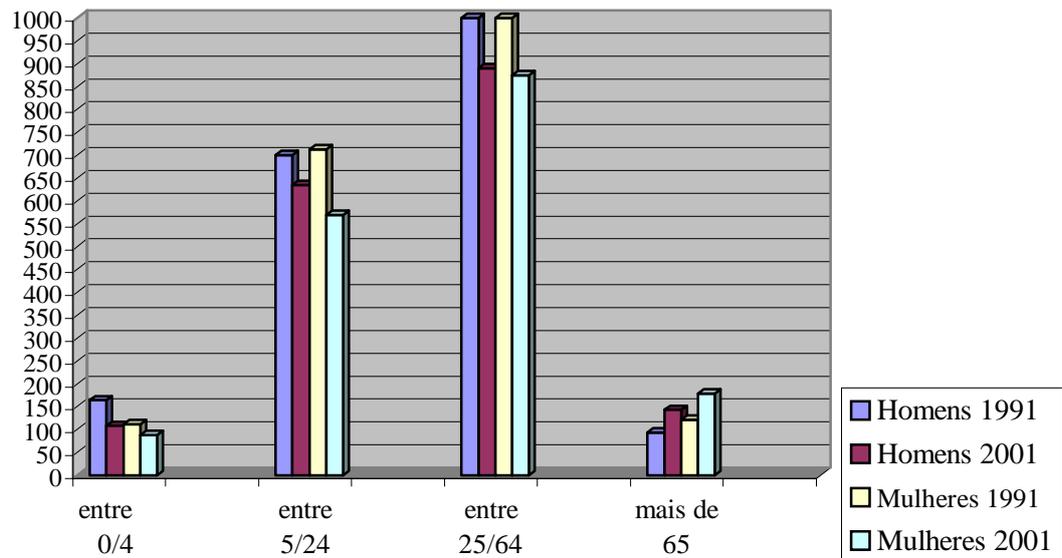
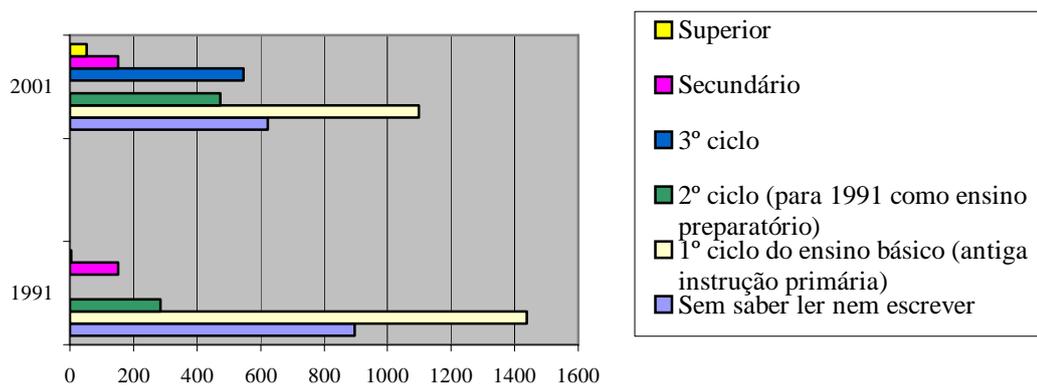


Gráfico 5

Evolução da taxa de alfabetização no Bairro Amarelo entre 1991 e 2001



Fonte: INE:2001

Constituindo-se como um bairro heterogéneo nas suas múltiplas dimensões, o terreno partia de uma combinação complexa que aparenta constituir-se como um fenómeno incidente neste tipo de aglomerados urbanos (Rémy cit. por Antunes,1991:35) onde a estrutura espacial se encontra justaposta à estrutura cultural e social, condicionando as relações de poder e dominação às diferentes representações socioculturais que estão na sua base e os usos efectivos do espaço, nesta perspectiva, a uma aparente não regulação por um grupo dominante passível de ser identificado como tal.

O Bairro também não se constituía como uma *comunidade* no sentido clássico do conceito que incorpora noções de solidariedade, homogeneidade de representações e reciprocidade social a um referente físico, pois a heterogeneidade dos habitantes, em múltiplas dimensões (desde as representações que estavam na base de práticas quotidianas aos diferentes modos de apropriação cultural do espaço) evidenciavam-nos a ausência de uma relação biunívoca entre noções clássicas como a de *comunidade* ou a de *vizinho*. Privilegiámos então a noção de grupos socioculturais, de modo a esclarecer, na análise, as formas e os conteúdos de gestão da diferença e da diversidade, por parte dos moradores, nessa microescala, assumindo a ausência de uma naturalização, nesse espaço, das normas de solidariedade e reciprocidade porque sobre o bairro não existe consenso no seu interior, este não serve de referente identitário num nível linear e transversal a todos os moradores. Também a sua dimensão macro sempre actuou como um entrave à partilha de marcadores ou normas colectivas (o processo de realojamento destruiu redes sociais anteriores) e, mesmo, ao conhecimento entre moradores (Costa,2007). A dinâmica colectiva não se alicerça ou reforça do mesmo modo que nos bairros “profissionais”: não existem colectividades de recreio, cultura ou desporto (à excepção dos centros comunitários que nesta análise foram interpretados por nós enquanto espaços de legitimação da

imagem estigmatizada) e a festa não emerge, como noutros contextos- os trabalhos de Firmino da Costa (1999) e Graça Cordeiro (1997) ou a teorização de Roger Callois (1988) ajudam a esse entendimento, como o momento da *reconstituição/afirmação social* da comunidade.

O Bairro Amarelo impõe-se, em primeira instância, como palco para o confronto cultural de vários grupos que se tentam impor ou cujas práticas e comportamentos, ao diferenciarem-se de outros, provocam o conflito no seu interior. Incorpora noções de poder e dominação e emerge para os moradores como a linguagem partilhada (Foucault, 1984:5-8).

2) da micro-escala dos espaços sociais comunitários à macro-escala metropolitana

No nível conceptual de delimitação do objecto, para além da questão da heterogeneidade sociocultural que torna complexa a sua análise, o problema físico da escala foi para nós uma questão recorrente ao longo de todo o trabalho de terreno. Na sua forma física, o Bairro concentra perto de 5000 habitantes alojados em 176 prédios; na sua forma sócio espacial, os consumos de espaço pareciam não estar dependentes directamente da sua dimensão, pois cada grupo percebe e partilha o espaço de forma diferente, uns percorrendo e apropriando lugares diferenciados do bairro consoante os diferentes ritmos diários, outros condicionando o tipo de espacialidades ao seu grupo de pertença, outros ainda percorrendo transversalmente o Bairro e alargando a sua esfera de produção e consumo sócio espacial a outros bairros envolventes e consequentemente a grupos similares para quem a esfera doméstica e a rua constituem uma categoria semelhante que anula conflitos de gerações pioneiras com base na pertença como a afirmação de J.J., 21 anos, cuja rede relacional abrange os bairros Rosa e Branco, tem implícita: *Hoje em dia as pessoas daqui da minha idade já são todos portugueses, só os*

pais é que ainda são de cor, cabo verdianos e assim... (J.J., 21 anos, Bairro Branco). Nesta categoria inscreve-se a subcultura juvenil para quem o território constitui a base da sua identidade por referência, patente na distinção que C. elabora entre a sua comunidade de *brothers* e a zona de bairros mais extensa: *Ah, isto é à parte, é à parte. Isto não tem nada a ver com Almada, é o Monte de Caparica City.* (C., 15 anos, Bairro dos Três Vales).

Verificamos já na etnografia produzida por Evans-Pritchard (1968), sobre o sistema Nuer, de que forma as regras sociais, na sua relação com a acção dos grupos diferenciados, continham espaço para a assimetria entre o que nelas estava impresso e o modo como os indivíduos as representavam. Daí ter sido sempre tentada uma abordagem holística à morfologia espácio-social do PIA, não reduzindo a nossa rede de contactos somente a um grupo, nem apenas ao Bairro Amarelo, mas alargando-a de modo a incluir residentes de outras áreas do Plano Integrado.

Desta forma, as questões relacionadas com a fruição espacial, as diferentes formas de espacialidade e as territorialidades estratégicas em contextos de interacção apareciam-nos, ora como factores que colocavam o Bairro como agente centrípeto, ora o colocavam na margem das representações sociais, dependendo de qual o grupo/ego que a ele se referia: do bairro podíamos ser constantemente remetidos para os outros bairros, as novas urbanizações ou a cidade de Almada, como, em simultâneo, este se encerrava sobre si apresentando-se como um conjunto fragmentado de ruas ou mesmo prédios. P., estudante, 25 anos, residente no bairro, avança que *cada vez que falava do meu bairro a alguém de fora, essa pessoa quase que me marginalizava ao ponto de ver um e ver todos. Então o que sobressai é o lado mau, o lado do roubo, assalto. “Então onde é que tu moras? Sou do Monte... mas não sou do Bairro!” Percebes? Sou do Monte, posso ser de qualquer lado;* contudo, para J.J., mais inserido no grupo juvenil do PIA, este surge como o espaço que sintetiza a sua identidade e o une aos outros

membros do seu grupo: *Com outros bairros, digo que sou do Monte, só que ó depois, vem logo a pergunta: “De que bairro?” e aí digo que sou do Bairro Branco. Antigamente não dizia que era do Bairro Branco, dizia que era do Amarelo. Porque era a zona mais conhecida, mais falada por tudo, por tiros, por droga, por tudo. Era um local de respeito. Se calhar não te roubavam porque pensavam que, se calhar, se fosse preciso daqui a umas horinhas ias lá. Ias lá aparecer com um grupo, um grupo de outros gajos. É assim... o respeito é tu dizeres: “Olha, sou daquela zona.” E ninguém te faz nada. Contrariamente para O., 46 anos, empregada em Almada e residente no bairro, este surge como uma contingência no seu percurso de vida; abstém-se de fomentar relações sociais aí e gere conscientemente a sua rede anterior na cidade porque, para si, lá é diferente, lá é uma vida mais na rua e pronto é diferente aqui do Bairro. É um espírito diferente, as pessoas colaboram umas com as outras, as pessoas convivem, lá não há tanta desconfiança, uma pessoa senta-se a comer e qualquer pessoa se senta na mesa e come connosco. É totalmente diferente. É diferente aqui. Aqui as pessoas são muito complicadas. (O., 46 anos, Bairro Amarelo).* Numa estratégia social diferente, M., 36 anos, são tomense, residente no bairro fronteiro ao Amarelo, vê nos seus vizinhos próximos de ambos os bairros a possibilidade de reestruturar elementos comunitários anteriores; abstendo-se de aprofundar laços com outros grupos culturais (os *tugas* e os *ciganos* principalmente) potencia relações vicinais com são tomenses e cabo verdianos (família do marido) porque *vizinhos iguais são mais do que família porque se acontece alguma coisa, desgraça ou necessidade, são eles que valem. A chave da minha casa deixo sempre com a vizinha.*

De modo a não anular esta característica intrínseca do próprio terreno, neste trabalho, o bairro foi estudado como um segmento urbano, um microcosmos dinâmico, em constante mutação, que serve de amostra da diversidade da área envolvente, mas que assume uma lógica própria no seu interior e, face à envolvente sócio espacial urbana, reproduz essa acção no sistema urbano global.

Assumindo a sua essência pluridimensional como um *facto social total* partimos da análise antropológica e dos instrumentos científicos disponíveis para realização da etnografia do bairro com recurso à observação directa, nem sempre participante^{vii}, e à recolha de entrevistas pelos diferentes grupos (associados de acordo com o carácter das apropriações espaciais e teor das espacialidades; com as formas/tipologias de exclusão do espaço exterior ao prédio e a total abstinência espacial) onde, em três situações, se recolheram histórias de vida de habitantes pioneiros mais idosos.

Contactando transversalmente com diferentes grupos de residentes que entre si não mantinham contacto permanecemos regularmente no Bairro e nos bairros vizinhos, privilegiando sempre o Amarelo e o contacto directo com a população presente. Optámos por passar a efectuar no terreno todas as actividades comerciais e de lazer^{viii}, utilizando a observação indirecta para, por um lado correr o Bairro em toda a sua extensão e, numa primeira fase, reconhecer espaços e formas de apropriação espacial ou de exclusão; espaços subocupados e espaços sobreocupados, quais os grupos, quais as faixas etárias, quais os ritmos diários e nocturnos.

No decurso do terreno deparamo-nos com outras questões centrais, actualmente transversais às realidades metropolitanas. Fenómenos decorrentes da crescente ruptura orgânica entre o local e o global, da emergência, com o espaço Schegen, de uma mobilidade transnacional e mundial entre países da União Europeia, fazem emergir novas dinâmicas e estratégias sócio-económicas relacionadas com novos tipos de população e a rentabilização da habitação como um valor económico de troca; da globalização ao nível das comunicações e circulação da informação desenvolvem-se tipos de *ethnoscapes* (Appadurai,1986:33) deslocalizadas com um forte sentido identitário em população mais jovem que se impõem como códigos utilitários híbridos (desde o vestuário, à linguagem, à música

e outras performances corporais) de elementos étnicos diversos dos grupos de pertença, cujo novo uso alarga as fronteiras da etnicidade (Barth,2004:19-44), criando e reforçando novas identidades de referência, não só entre as crianças^{ix} do bairro e a subcultura juvenil, mas também entre grupos de residentes com maior identificação ao “seu” território, para quem o bairro é a extensão do seu núcleo doméstico.

3) *Trabalhar o terreno na pluralidade de interlocutores e de dimensões*

A entrada no Bairro foi tentada a partir do estabelecimento de contactos formais com as instituições privadas de solidariedade social aí presentes. A Câmara Municipal de Almada serviu como fonte de contactos para a nossa apresentação ao centro comunitário central do Bairro Amarelo. Após vários contactos com a direcção do mesmo, ficámos a aguardar resposta à proposta de trabalhar voluntariamente e sem horário no Centro, contactando com a população que o integrava e tentando, através desses residentes, estender a nossa rede de informantes para além desse espaço. A demora de resposta por parte da entidade que o tutela, a par com a percepção progressiva do antagonismo que alguns moradores demonstraram para com esse espaço, levou-nos a ponderar outras estratégias de contacto. Elaborámos um inquérito de carácter sociológico aos residentes do Bairro que serviu de justificação à nossa presença e permitia uma apresentação directa aos residentes, escolhidos nos locais onde já circulávamos e informalmente havíamos encetado conversas (nos cafés e nas galerias dos prédios) e, por outro lado, prolongaria o contacto durante o tempo necessário para que se aprofundasse uma relação menos incipiente^x. Apesar das limitações à utilização futura destes inquéritos conseguiu-se estabelecer contactos que se revelaram decisivos para a entrada e permanência neste espaço e, por outro lado, perceber diferenças nos modos de pensar a habitação e nas relações sociais de carácter vicinal. Partimos de três situações familiares

distintas, em que, em cada unidade doméstica, estava presente um indivíduo que tinha respondido ao inquérito. Partindo desse ego, estendemos a nossa rede de contactos à família e conhecidos, sempre remetidos para esse primeiro contacto. Dos cinco inquéritos, escolhemos indivíduos dissemelhantes cultural e socialmente entre si, centrando-nos em três famílias cuja estrutura familiar (origem, agregado familiar, grau de inclusão na vida social do bairro, grau de aspirações de mobilidade social e profissional) era reconhecidamente diferente tal como o próprio sistema do Bairro parecia apresentar-se.

Com estes contactos foi-se alargando a rede, privilegiando-se, por um lado, um conjunto de residentes que mais promiscuidade espacio-social com o exterior do Bairro parecia apresentar, e, por outro, indivíduos de grupos diferenciados do Bairro com níveis mínimos de interacção com o exterior do PIA. O objectivo seria perceber de que forma as várias escalas de interacção entre o Bairro e o seu exterior produziam fronteiras espaciais sucessivas numa estrutura sociocultural fechada sobre si própria- o bairro, mas cujo limite é, constantemente, negociado a partir de referências culturais no espaço que, por sua vez, nos remetiam continuamente para o interior do próprio bairro.

O tratamento do primeiro conjunto de entrevistas foi sendo trabalhado a dois níveis. Depois de transcritas na íntegra, elaborámos um quadro de análise onde tentámos cobrir todas as dimensões de vivências que o bairro proporcionava e que tinham o espaço por categoria central, tanto ao nível das representações, como ao nível da acção de grupos diferenciados que o partilham e na interacção entre residentes. Observámos neste processo que a diversidade estrutural, ao nível das relações sociais, constitui, no Bairro Amarelo, o eixo regulador dos sistemas socioculturais presentes. O espaço apresentava-se como a categoria comum, no sentido em que permitia, ao

regular, contactos com os outros. Nessa concretização de contactos, ou na sua ausência, tornavam-se evidentes motivações e aspirações divergentes a partir de formas de espacialidade e territorialidade diferentes. Assim, partimos de uma proposta de modelo para análise da estrutura e tipologia de uma rede social (Boissevain,1978) e, moldámo-lo às especificidades do nosso terreno, tendo sido usado durante a fase de recolha de entrevistas, serviu de base para o quadro de análise das mesmas. Principiámos com o pressuposto de que as relações sociais são efectuadas tendo em consideração o papel social que, no momento da interacção, os indivíduos têm de desempenhar (obra cit.,1978) e acrescentámo-lhe uma macroescala inter-relacional, assumindo a diversidade sociocultural ao nível das representações dos habitantes, tendo presente a variabilidade da diversidade e amplitude de contactos encetados (profissionais, de lazer, sociais, académicos, de dependência) e os graus de mobilidade física e social dos nossos interlocutores. A análise toma uma primeira categoria, a “zona central de acção” (*person’s first order zone*) dos entrevistados para tentar sistematizar a densidade, os fluxos, o nível de reciprocidade e os espaços onde interagem, dentro e fora do Bairro, nos vários níveis de interacção e espaços ordenadores da sua rede social.

Quadro 1
Caracterização da rede principal de informantes/ego

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INFORMANTES										
Total	17	Idade	Ocupação/ Profissão	Localização do emprego/ escola	escolaridade	Residência anterior	Residência actual	Tempo de residência no PIA	Manteve rede social anterior no Bairro	Manteve rede social anterior fora do Bairro
Homens	6	66	Reformado (antigo funcionário público)	-	Antiga 4ª classe	Ramalha-Almada	Bairro Amarelo	22 anos	Não	Sim
		65	Reformado (antigo operário semi especializado)	-	Antiga 4ª classe	Valdeão-Pragal	Bairro Amarelo	22 anos	Não	Não
		25	Estudante do ensino superior	Lisboa	3º ano -curso superior	Raposo de Baixo-Caparica	Bairro Amarelo	25 anos	-	-
		21	Operário sem especialização	Almada	9º ano	-	Bairro Branco- PIA	21 anos	-	-
		17	Sem actividade	-	6º ano	-	Bairro Amarelo	17 anos	-	-
Mulheres	11	82	Reformada (antiga empregada corticeira)	Cova da Piedade	Antiga 4ª classe	Cova da Piedade e Costa de Caparica	Bairro dos Três Vales-PIA	4 anos	Sim	Não
		64	Reformada (auxiliar)	Pragal	Não sabe ler nem escrever	Valdeão-Pragal	Bairro Amarelo	22 anos	Não	Não
		46	Ama	Trabalha em casa	Antigo curso comercial	Laranjeiro-Almada	Bairro Amarelo	19 anos	Não	Sim
		38	Empregada têxtil	Cova da Piedade	10º ano	Fontainhas-Pragal	Bairro Amarelo	21 anos	Sim	Sim
		36	Auxiliar	Cova da Piedade	Antiga 4ª classe	São Tomé e Príncipe	Raposo-PIA	19 anos	Sim	Não
		23	Actriz	Almada	12º ano	Alentejo	Bairro Branco	Até há 15 anos- desde há 3 anos	Sim	Sim
		23	Estudante do ensino superior	Lisboa	Estágio-licenciatura	Lugar da Granja-Caparica-PIA	Urbanização CHEUNI	3 anos	Não	Sim
		17	Sem actividade	-	6º ano	Raposeira-Trafaria	Bairro dos três Vales-PIA	4 anos	Sim	Sim
		15	Sem actividade	-	7º ano	Ramalha-Almada	Bairro dos três Vales-PIA	5 anos	Não	Não
13	Sem actividade	-	6º ano	Bairro 25 de Abril-Trafaria	Bairro dos três Vales-PIA	4 anos	Sim	Não		

Adaptámos uma estrutura flexível que permitiu adequar a cada indivíduo entrevistado o mesmo quadro de análise, apesar das diferenças de variáveis entre rede social e localização da mesma no espaço físico. Num primeiro tempo serviu sobretudo para construção de um guião de entrevista mais estruturado e semi directivo que, embora tivesse continuado a utilizar o percurso individual dos indivíduos como fio condutor, se centrava sobretudo nas suas vivências no bairro (microescala) e que gradativamente saía para o seu exterior até à macroescala representada por outros lugares da Área Metropolitana de Lisboa. Permitiu posteriormente uma análise aos espaços entrópicos do bairro, com base na frequência e tipos de interacção espaciocultural dos indivíduos, a que complementámos registos do nosso diário de campo resultantes da observação indirecta.

Esta metodologia foi faseada e reformulada ao longo dos primeiros meses de análise de modo a incluir novas variáveis que decorriam do trabalho de campo, numa tentativa de incorporar todas as dinâmicas de interacção e consumo/abstinência ou produção espacial. Assumimos assim, plenamente, como parte estruturante do bairro, os outros concelhos integrantes da Área Metropolitana de Lisboa, tratando-a como o último nível da macro-escala por complemento à micro-escala do Bairro Amarelo, pois, no exterior do espaço geográfico de Almada, só a subcultura juvenil do Bairro remete a sua rede de interacções para esse universo; apesar de outros moradores trabalharem em Lisboa, esta cidade não constitui, para eles, referente identitário mais significativo para além do económico.

Referências finais

O contributo da Antropologia, no estudo pluridimensional do fenómeno urbano, reside na apreensão da mudança social e no reconhecimento das contradições dessa realidade urbana como a sua característica intrínseca. O

risco da ausência de objectivação face às múltiplas formas de organização sócio-cultural, ou como Graça Cordeiro (2003:3-32) invoca, pela sua *multidimensionalidade*, pode ser *realmente* colmatado pela presença do investigador no terreno. A questão central é que a sua abordagem está à partida dificultada pela diversidade de representações e práticas que o animam, acompanhada por uma imagem, inflectida “de cima” aos moradores e que os auto-cristaliza sob um estigma negativo (Chaves, 1999:289-317; Veiga,1999:42-50) que é da responsabilidade do investigador desconstruir.

Consideramos que, mais do que os lugares económicos e políticos clássicos que albergam os centros de poder e decisão, as cidades são hoje o espaço físico onde, das dinâmicas da concentração habitacional e da densidade demográfica, emergem novas formas de representação social cujo motor é a diversidade sócio-cultural e a sobreposição de identidades e memórias sociais a diferentes aspirações e estilos de vida. Dos seus suportes físicos e culturais clássicos- os bairros profissionais- onde se alicerçavam as identidades assentes na vizinhança ou no trabalho deparamo-nos hoje com uma fragmentação e complexificação dos lugares sociais urbanos para além da esfera limitada do bairro, da rua ou da associação a que se pertence. O facto de alguns grupos urbanos se encontrarem numa situação *periférica* face ao sistema social dominante (numa relação que tem na oposição de classe a sua génese, mas que inclui também um posicionamento social, de tipo horizontal, que expõe a maior ou menor qualificação de recursos humanos; o emprego e o desemprego; o acesso e a participação e o seu contrário, a exclusão do sistema), não os torna permanentemente excluídos como afirma Martínez Veiga (1999:44-50) quando coloca em perspectiva a dialéctica que associa à segregação espacial, a exclusão social, negando-a enquanto um “fenómeno total” (obra cit.:44). Através da vertente relacional, os indivíduos acabam por estarem integrados na sociedade dominante, seja

através de economias paralelas ou informais; seja porque as redes sociais têm sempre possibilidade de se alargarem ou, como no Bairro Amarelo, porque a heterogeneidade social entre moradores consegue manter um equilíbrio que se traduz num esbatimento da distância social.

Nestes universos específicos que nascem de princípios político-sociais, em conjunturas e contextos específicos de urbanização e que traduzem uma ideia política de cidade, construída pelos técnicos, ressalta a sua característica primeira, implícita no sistema social posterior e que se fragmenta nas gerações posteriores: à ausência de uma memória comum entre residentes e à dificuldade de se criarem laços sociais com base na identificação entre pessoas e o espaço em que habitam, comum entre habitantes pioneiros, é sobreposta a rede geracional posterior, com forte identificação territorial, que cria e gere uma subcultura de referência, onde o espaço e os indivíduos, que directamente partilham essa significação, animam uma rede social em constante reformulação. Trabalhar os bairros de construção em altura, periféricos aos reconhecidos centros urbanos de poder, é também relacionar elementos constitutivos do próprio fenómeno urbano; por um lado, discutir o papel do urbanismo, enquanto movimento político de intervenção no espaço, numa vertente instrumental de pensar a cidade; por outro, associando à discussão a realidade social heterogénea e centrípeta destes aglomerados e repensar as políticas sociais que acompanham essa visão de planeamento e prolongam a distância social e cultural entre o centro e as suas periferias.

Se tivermos em consideração as *turbas* urbanas que emergiram dos interstícios das maiores cidades francesas no final de 2005 (e usamos propositadamente a noção na perspectiva hoobsbawniana de classificação de formas disruptivas e contenciosas, sem cálculo de vantagens ou constrangimentos para quem as usa, centradas nas desigualdades de poder e

que consistem em tumultos pouco organizados) observamos que estes bairros são realidades urbanas quase adormecidas para os habitantes da cidade. O Bairro Amarelo, particularmente, não pode ser observado como o resultado da expulsão urbana do centro da cidade das classes baixas pela classe dominante, não foi esse o seu princípio e algumas das suas características actuais denotam esse facto. Contudo, a sua situação actual, pervertidos os princípios técnicos e urbanísticos, da sua primeira década, por uma conjuntura revolucionária e consequentes reformulações sobre políticas habitacionais, parecem ter contribuído para o progressivo encerramento deste espaço sobre si próprio. Tratadas pelo poder político como áreas delimitadas, afastadas, quanto baste, do centro dominante e, por isso facilmente identificadas e controladas, estão, em última instância, a ser deliberada e progressivamente excluídas da cidade. A sua situação geográfica marginal e a sua consequente clausura constróem no imaginário urbano dominante um simbólico ameaçador pela aparente anomia que lhes é implicitamente imputada. Recônditos e margeados dos centros, são espaços sociais apenas reconhecidos quando, em situações limite, das fronteiras fluídas e renegociadas do seu interior, e por oposição, emergem e confrontam a cidade que também integram. Porque hoje, a continuar a reprodução de políticas sócio-habitacionais guetizantes, estes terrenos, apesar de entregues a si próprios na gestão e reprodução das sociabilidades, reciprocidades e rupturas, são um espaço social com recursos para a acção. O conflito emerge, em simultâneo, como um instrumento de poder e a única linguagem directa de afirmação para o exterior, a estratégia de comunicação privilegiada que reafirma o reconhecimento, mas que é interpretada como exclusão.

Bibliografia

“As Escalas Simbólicas do Território: Mudança Residencial e Reconfiguração de Redes” <https://conferencias.iscte.pt> by Ana Sofia Costa, First International Conference of Young Urban Researchers, 11 de Junho 2007.

Almeida, Paula (1994), *Habitação: a Produção de um Conceito*, *Sociedade e Território* 20: 110-116.

Antunes, António A. Rosa (1991), *Contribuição para a Definição de Necessidades Sociais a Nível do Quotidiano numa Área Urbana*, Lisboa: LNEC.

Appadurai, Arjun (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Barth, Fredrik (2004), *Temáticas Permanentes e Emergentes na Análise da Etnicidade*. In *Antropologia da Etnicidade: Para Além de “Ethnic Groups and Boundaries”*, ed. Hans Vermeulen e Cora Govers, Lisboa: Fim de Século.

Boissevain, Jeremy (1978), *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford: Basil Blackwell.

Callois, Roger (1988), *O Homem e o Sagrado*, Lisboa: Edições 70.

Chaves, Miguel (1999), O Estigma como Espelho: Notas sobre a deterioração de uma identidade territorializada, *Fórum Sociológico* 1 e 2 (2ª série):289-317.

Coelho, António Baptista (1998), Apropriação e Satisfação Residencial, *Sociedade e Território* 25/26:140-149.

Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa: D. Quixote.

Cordeiro, Graça Índias (2003), A Antropologia Urbana entre a Tradição e a Prática. In *Etnografias Urbanas*, ed. Graça Índias Cordeiro et al, Oeiras: Celta.

Costa, Ana Sofia (2005), *Da Criação Artificial aos Artíficos da Apropriação: do Bairro à Cidade, Espaços e Culturas*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado; policopiado).

Costa, Ana Sofia (2006), O Espaço dos Outros: Representações Sociais e Fronteiras num Bairro do Plano Integrado de Almada. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL*. 18:37-57.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras: Celta.

Evans-Pritchard (1968), *Les Nuer*, Paris: Gallimard.

Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Oeiras: Celta.

Foucault, Michel (1984), Des Espaces Autres, *Archi-Bref* 48:5-8.

Freitas, Maria João (1998), Pensar os Espaços Domésticos em Contextos de Realojamento, *Sociedade e Território* 25/26:150-161.

Guerra, Isabel (1987), A espacialização da vida social, *Povos e Culturas* 2: 171-191.

Guerra, Isabel (1994), As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas, *Sociedade e Território* 20: 11-16.

Malinowski, Bronislaw [1992 (1922)], *Argonauts of the Western Pacific*, London : Routledge.

Pellegrino, Pierre (og.), (1983), *Espaces et Culture*, Saint-Saphorin: Éditions Georgi.

Pina-Cabral, João, (2006), Reflexões Finais. In *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica*, ed. Ramon Sarró e Antónia Pedroso Lima, Lisboa: ICS.

Rémy, Jean; Voyé, Liliane (1981), *Ville, Ordre et Violence : Formes Spatiales et Transaction Sociale*, Paris: Presses Universitaires de France.

Sarró, Ramon e Lima, Antónia Pedroso (2006), Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica. In *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica*, ed. Ramon Sarró e Antónia Pedroso Lima, Lisboa: ICS.

Silva Nunes, João Pedro, 2007, *À Escala Humana: Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul*. Lisboa: CIES.

Vadelorge, Loïc (2003), *Des Villes Sans Histoire, Ethnologie française* 1: 21/30.

Veiga, Ubaldo Martínez, 1999, Pobreza, exclusión social y segregación espacial. In *Areas: Revista de Ciências Sociais* 19:35-50.

Weber, Max (1964), *The Theory of Social and Economic Organization*, London: Collier Macmillan Publishers.

Notas Finais

ⁱ Desenvolvida, entre 2003 e o primeiro trimestre de 2005, no âmbito da Tese de Mestrado (Costa,2005) em Antropologia do Espaço.

ⁱⁱ (Costa,2005; Costa,2006; Costa, 2007).

ⁱⁱⁱ Na sua introdução aos *Argonautas do Pacífico Ocidental* (Malinowski,[1922]1992) encontramos implícita a base etnográfica que conduziria à definição do papel do antropólogo e à demarcação científica da antropologia face a outras ciências sociais: a recolha e tratamento científico de dados realizada por um olhar treinado de resistência à dispersão dos factos e o cálculo indutivo na sua selecção e relação. Na sua essência, esta obra une duas metodologias separadas até então: a descrição e inventariação de materiais e relatos parciais de manifestações culturais recolhidos nas expedições e os trabalhos produzidos, com base nessas narrativas, por especialistas que, afastados do terreno, teorizavam no seu *gabinete* sobre esses materiais. A presença do investigador na recolha e a apologia do *trabalho de campo* com *observação participante* constitui-se como base da disciplina.

^{iv} Num texto deveras elucidativo onde Pina-Cabral sistematiza as dificuldades de abordagem antropológica às dinâmicas urbanas refere, a certo momento, a dificuldade da prática etnográfica nesses terrenos onde o antropólogo está mais exposto a entidades especializadas que tendem a *policar* os termos da sua presença e a natureza do conhecimento que vai ser produzido. Face a estes constrangimentos, o autor adverte para a necessidade científica de contextualização da amplitude de discursos e de não anular aqueles que são produzidos de cima, na perspectiva de que “o analista social tem também obrigações científicas e, como tal, menos anti-hegemónicas que a-hegemónicas” (2006:188).

^v Para análise do enquadramento da figura do Plano no contexto urbanístico europeu da época ver Costa, 2005:46-95 (Capítulo 2 - A Política Nacional de Habitação do Estado Novo: A experiência dos *grands ensembles* e o desenvolvimento das *villes nouvelles*).

^{vi} Encontrámos no Bairro uma situação semelhante em termos de heterogeneidade cultural à que esteve na sua génese. Predominam as populações caucasianas (a maioria migrantes e segundas gerações de populações do Alentejo, Algarve e Beiras, residente anteriormente na área do Raposo, em quintas e anexos, seguida de indivíduos que retornaram das antigas colónias e de residentes no Concelho de Almada, e em minoria, da Área Metropolitana de Lisboa); um terço da população é de origem africana, nomeadamente de Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique; os indivíduos de etnia cigana perfazem uma minoria estatística, mas que se conseguiu impor no Bairro como auto suficiente em termos culturais e económicos; e, por fim, um número muito reduzido de habitantes de origem indiana e timorense (os primeiros ocupando em maior número o bairro, contíguo, do Raposo).

^{vii} A observação participante ocorreu essencialmente em momentos estruturantes da vida do Bairro com um carácter mais colectivo e inter-grupal (a ida a pé à festa da freguesia mais próxima ou ao mercado semanal do Monte de Caparica, as viagens de autocarro nocturnas, com jovens do bairro, até à cidade de Almada, a deslocação com população idosa para assistir aos ensaios da Marcha Popular do Centro Comunitário do Bairro, o encontro com diferentes grupos de moradores em diferentes cafés do Bairro, o estar à soleira dos prédios à conversa com as mulheres,...). Contudo, a multiplicidade de comportamentos e estilos de sociabilidades, a maior parte, conduzidos no espaço público, fragmenta, neste terreno, uma vez mais, diferentes grupos socioculturais e sublinha a heterogeneidade do próprio Bairro. Nestas circunstâncias, a questão da participação do investigador nesses momentos estruturantes da vivência fragmentada dos vários grupos tornar-se-ia, simultaneamente, um factor de antagonismo face à relação que se tentava estabelecer com outros e um elemento pouco produtivo de exposição pública do investigador que poderia conduzir facilmente à sua classificação como integrante deste ou daquele grupo.

^{viii} A utilização efectiva dos supermercados, cafés, restaurantes, lojas dos trezentos e outros estabelecimentos de comércio local permitiu, por um lado, traçar um perfil informal do tipo e forma de consumos dos utilizadores destes espaços- que se revelou útil para a construção de um guião de entrevista e, por outro, tornar a nossa presença no local mais “naturalizada” pela frequência e regularidade).

^{ix} Num dado momento do terreno, foi-nos inevitável questionar sobre a lógica subjacente à transespacialidade entre bairros experimentada pelo subgrupo juvenil, o último a abandonar este estádio. A forma como a socialização é construída nos primeiros anos de vida que antecedem o início da escolaridade obrigatória conduziu-nos à necessidade de perceber as motivações culturais e as representações que, do bairro a diversidade dos seus residentes-educadores, projectavam nos espaços. As dinâmicas da infância que no Bairro são permitidas, incentivadas ou negadas, traduzem assim as representações dos adultos, constituindo a génese de novas sociabilidades e reciprocidades. Trabalhar este terreno e negligenciar a evidência da presença infantil e as suas formas de apropriação transversal ao espaço do Bairro e aos lugares envolventes poderia fazer-nos incorrer em conclusões incompletas sobre a própria dinâmica deste universo. Assim, trabalhámos, com uma turma do 3º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, o desenho como a expressão sobre o lugar onde se vive e onde a escola está implantada.

^x Numa primeira fase procedemos à entrega de cinco inquéritos a mulheres residentes no Bairro (três vizinhas da mesma rua e de dois prédios diferentes, uma cliente regular de um café e uma informante residente na margem entre o Bairro Amarelo e o do Raposo que trabalhava na cidade de Almada). Com a sua recolha, constatámos que a estrutura do inquérito não considerou o equilíbrio necessário entre os níveis de iliteracia dos residentes e a amplitude de informação que tentávamos condensar, algumas questões não foram respondidas, outras tiveram respostas evasivas.